



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"  
Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidade

Sub-Eixo: Ênfase em Sexualidades

## TRANSGENERALIDADE INFANTIL: A INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE ÀS DEMANDAS ESCOLARES VIVENCIADAS EM UMA REALIDADE EXCLUDENTE

Michelle Meirelles<sup>1</sup>

**Resumo:** O estudo discorre sobre a concepção relacionada à questão conflituosa da transgenerabilidade infantil no ambiente escolar. Tem como objetivo consolidar a importância da presença do assistente social nas intervenções com crianças transgêneras nos domínios escolares. A metodologia empregada foi o estudo bibliográfico que enriqueceu e agregou conhecimentos ao tema emergente no cenário social atual.

**Palavras-chave:** Transgenerabilidade Infantil. Âmbito Escolar. Intervenção Social.

**Abstract:** The study deals with the conception related to the conflicting question of child transgenerality in the school environment. It aims to consolidate the importance of the presence of the social worker in the interventions with transgender children in the school domains. The methodology used was the bibliographic study that enriched and added knowledge to the emerging theme in the current social scene.

**Keywords:** Child Transgenerationality. School Scope. Social Intervention.

### 1. INTRODUÇÃO

A discussão em relação à transgenerabilidade infantil traduz a contradição no campo inclusivo da intervenção social. A busca eminente ao acesso das políticas públicas reflete o convívio com as expressões da questão social. No composto entendimento dessas expressões, estas se definem como o resultado da contradição imposta pelo sistema capitalista vigente, sendo através do desemprego, da falta de acesso à saúde, à falta de moradia, entre outros. Essas demandas atualmente perpassam por um período de intensas apresentações, em suas mais variadas e novas roupagens as quais acompanham o desenvolvimento econômico conservador, adquirindo metamorfoses conforme a época temporal.

Não obstante, as políticas públicas são estimuladas para restringir a demanda, muitas vezes tornando-a reprimida. Políticas que garantem o acesso educacional, a inclusão social de todas as pessoas, independente de raça, cor, gênero é uma das manifestações de maior aderência no novo milênio.

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação, Centro Universitário Internacional, E-mail: michellemeirelles2017@gmail.com.

Contudo, é viável questionar se a prática está em consonância com a parte teórica. Inegavelmente, a realidade atual é traduzida através da diversidade. Nessa vivência interposta, as crianças transgêneras abarcam uma infinidade de conflitos que resultam nas novas expressões da questão social que podem ser manifestadas através da exclusão social, do bullying, da evasão escolar, entre outras.

As políticas públicas de inclusão social são instituídas desde as primeiras evidências legais para tornar o ambiente escolar um local seguro, respaldado no acolhimento e no desenvolvimento intelectual e humano. Todavia, é nesse mesmo circuito que ocorrem conflitos que podem inferir conseqüências irremediáveis.

Neste âmbito demarcado por antagonismo, a intervenção do assistente social é essencial, visto que este profissional possui em sua historicidade bases fundamentadas nas questões contraditórias. O conhecimento técnico em consonância com a compreensão da realidade social torna o profissional agente da transformação no meio da desconstrução atual.

A metodologia empregada para elaboração do estudo é a revisão bibliográfica subsidiada por renomados autores dedicados ao tema proposto. O texto compreende três estruturas. A primeira parte contextualiza a questão da transgeneralidade na infância envolvendo a questão de gênero desde os primeiros indícios até a reação familiar. A segunda etapa elenca o ambiente educacional em toda sua integralidade, apontando desde os conflitos existentes até o movimento inclusivo. A última fase retrata a função interventiva do assistente social frente às demandas contemporâneas na esfera educacional. Além disso, estabelece parâmetros referentes à prática profissional em relação às questões da transgeneralidade no ciclo da infância.

## **2. MÉTODO E MATERIAIS**

Para substanciar o estudo a natureza da pesquisa é contemplada de cunho básica, sendo sua abordagem qualitativa, pois visa analisar o conteúdo explorado e tecer comparações entre autores consagrados do tema.

Do ponto de vista técnico, o estudo é embasado pela pesquisa bibliográfica. O tema é enriquecido por livros e artigos que desenvolvem considerações contemporâneas e que estruturam a base teórica para o entendimento sobre a questão abordada.

Ainda é possível citar que foram elencados conteúdos que contemplam o objetivo apresentado para a elaboração da presente reflexão.

### 3. CRIANÇAS TRANSGÊNERAS: CONTEXTUALIZAÇÃO E DEMANDAS ENFRENTADAS

A situação emergente em relação à afloração da diversidade emplaca um dos maiores fenômenos da contemporaneidade. No vasto leque de siglas pertinentes ao assunto é viável tecer dúvidas conceituais relacionadas ao gênero. Não obstante, a questão relativa apenas ao entendimento conceitual é insuficiente a fim de que seja também plausível compreender como a relação sobre gêneros inferem diretamente nos impactos sociais que são vivenciados na historicidade.

O padrão exposto pelo mercado atual emplaca na aposta na definição de gêneros preestabelecidos, ou seja, relacionado ao momento do nascimento. Desta forma, está relacionado ao gênero biológico. Todavia, ainda é possível identificar o gênero social. Nessa mesma direção, é importante acrescentar que quando um indivíduo está em conformidade com seu gênero biológico é denominado de cisgênero, quando não há identificação conjunta entre o gênero biológico e o gênero social, é chamado de transgênero. (FONTANARI; MACHADO, 2016, p.1)

Convém ainda explicar que a transgeneralidade está relacionada à transição entre gêneros e que não está diretamente relacionada à questão da sexualidade. Neste sentido, a orientação sexual perpetua um rol denso entres às escolhas referentes ao gênero. (ABGLT, 2016, p. 75)

Outro fator a ser avaliado é o apoio familiar. As redes que tecem o convívio familiar são o suporte para a transgeneralidade. Destarte que o momento no qual a identificação da transgeneralidade é exposta durante a infância, cabe aos responsáveis não tão somente o auxílio, mas a busca de serviços que estruturam a melhor forma de vivenciar essa descoberta. A família é o eixo de segurança e afetividade para os indivíduos.

Em termos conceituais, Sawaia (2002), explana que:

A escolha da família se justifica graças a sua principal característica, o valor afeto. Em minha opinião, esta é a principal força que explica sua permanência na história da humanidade. Ela é o único grupo que promove, sem separação, a sobrevivência biológica e humana, isto é, a sobrevivência na concepção espinosana de movimento, ao mesmo tempo de conservação e de expansão. (SAWAIA, 2002, p. 43)

É visível apontar que a transgeneralidade envolve muitas concepções, desde a descoberta na infância em seu enlace familiar no qual apresentam concepções culturais até a aceitação que envolve todos os sujeitos no interior de sua singularidade. O processo de transgeneralidade é composto pelas configurações que internaliza as demandas que agregam todas as fases envolvidas.

### 3.1 Ambiente educacional: rede de inclusão e rede de exclusão

A interação social tem como ambiente principal a escola. É neste ambiente que a criança e o adolescente se desenvolvem para formar a vida educacional. Aquém é o lócus da sociabilidade. Neste sentido, os profissionais que estão inseridos na área educacional têm grande responsabilidade na trajetória humana.

A escola abrange um modelo globalizado de desenvolvimento peculiar que remete ao ser humano o domínio entre o saber e o ser. A educação é a parte principal de direcionamento do aluno, sendo que a escola e os profissionais acabam sendo instrumentos para essa trajetória.

Sendo assim, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), explana o conceito global de educação:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 1996)

Desta forma, é pertinente salientar que as demandas escolares também são interventivas na convivência civil, bem como manifestações no âmbito escolar, sempre com a co-participação da família. A legislação ainda prevê a educação tendo caráter formativo e integrativo. Além disso, a educação também contempla os movimentos sociais, os quais historicamente, os estudantes sempre participaram ativamente.

Em suma, a escola amplia tanto o lado profissional quanto o lado de aprendizagem do aluno, os profissionais tendem a se esmerar em projetar o desenvolvimento no qual acompanha a realidade vivenciada no âmbito escolar, assim como assimilar à adaptação em relação às mudanças temporais que percorrem a vida do aluno.

No contexto da globalização em pleno século XXI, a escola é desafiada a atender as demandas inerentes ao conhecimento mínimo e necessário para o desenvolvimento do aluno, enquanto cidadão, levando-se em consideração as prerrogativas impostas pelo mercado de trabalho flexibilizado e mundializado. Este, por sua vez, exige trabalhadores polivalentes, capazes de se adaptarem imediatamente às novas exigências estabelecidas pelas sociedade informacional, global ou em redes. (SANTOS, 2013, p.26)

Em contrapartida, o ambiente escolar pode ser um campo de questões conflituosas. As demandas emergentes normalmente são mediadas pelos profissionais educadores,

contudo algumas provocam sequelas de cunho social, ou mesmo emocional para com os envolvidos.

### 3.1.1. Bullying com crianças transgêneras: verdades e conseqüências

Sabe-se que o bullying é o ato de maior violência no meio escolar. O bullying está associado às humilhações nas quais envolvem a vítima e o ofensor. Conjuntamente com essa violência, os profissionais também são integrantes da ação dos alunos, visto que esses estão integrando toda a vivência escolar. É possível assimilar essa composição escolar se contrapõe ao conceito de segurança e acolhimento institucional. É possível também que a escola teça redes de exclusão.

A palavra bullying até pouco tempo atrás era pouco conhecida do público. De origem inglesa, é utilizada para qualificar comportamentos violentos no âmbito escolar, tanto de meninos quanto de meninas. Entre esses comportamentos, podemos destacar agressões, assédios e ações desrespeitosas realizados de maneira recorrente e intencional por parte dos agressores. É fundamental explicitar que as atitudes tomadas por um ou mais agressores contra um ou alguns estudantes geralmente não apresentam motivações específicas ou justificáveis. Isso significa dizer que, de forma quase “natural”, os mais fortes utilizam os mais frágeis como meros objetos de diversão, prazer e poder, com o intuito de maltratar, intimidar, humilhar e amedrontar suas vítimas. E isso invariavelmente produz, alimenta e até perpetua muita dor e sofrimento nos vitimados. (SILVA, 2015, p. 19)

A escola tornou-se um ambiente no qual o bullying ocorre de forma corriqueira e muitas vezes os profissionais acabam não se envolvendo em sua integridade, acabando por incentivar ainda mais a violência no âmbito escolar.

[...] Infelizmente, a escola tende a “fechar os olhos” para uma problemática que menos a incomoda, tratando muitas vezes os casos de bullying como “brincadeiras de crianças” ou simplesmente acreditando não existirem, eximindo-se de buscar soluções para aquele menino tímido que se distancia do restante da classe, ou para aquele que incorpora tantos valores perenes, fúteis, como o poder sobre o outro, como a força física. (TOGNETTA, 2012, p.107)

O bullying em relação às crianças transgêneras passa a ser de forma mais degradantes, pois muitas vezes além de serem realizados por estudantes, os professores também o exercem. Destarte que muitas vezes os profissionais não possuem conhecimento do que é e nem da importância do nome civil, assim como o uso de banheiros, e o conhecimento sobre o que é diversidade e transgêneralidade. A maior conseqüência do bullying aferido a esse público é a evasão escolar.

[...] Infelizmente, a problemática não se resume aos banheiros, pois, uma grade curricular que aboliu toda e qualquer citação à identidade de gênero é ainda mais grave ao passo que, todos os dias, um número considerável de crianças transgêneros são submetidas a um ensino que as dizem que a normalidade só

engloba a tradicional classificação do sexo em macho e fêmeas. (MONTEIRO, 2017, p.14)

Em consonância com Noro, Nóbili e Souza, o bullying abarca conseqüências mais além. Grupos conservadores têm exercido pressão no Estado para que a legislação educacional seja modificada, principalmente no que diz respeito às expressões relacionadas ao gênero e orientação sexual. Neste sentido é incontestável verificar que essas atitudes fortalecem o bullying em crianças transgêneras.

Vale destacar que atuação profissional dos profissionais que pertencem à equipe escolar é fundamental para intervir nessas demandas. Além disso, os profissionais têm que estar preparados para vivenciar e contextualizar a questão referente à transexualidade.

Outrossim, alguns profissionais que pertencem ao núcleo escolar também praticam o bullying contra LGBTs. O ambiente de acolhimento acaba assim por apenas ser uma ilusão teórica que faz com que essas crianças e adolescentes tenham conseqüências severas durante sua vida social

Desta forma, é coerente explicar que:

A maioria dos/das estudantes LGBT relata a utilização desenfreada de comentários LGBTfóbicos na instituição educacional, e este comportamento contribui para um ambiente de aprendizagem que é hostil para essa população. Se as autoridades da instituição educacional intervêm pouco quando ouvem comentários preconceituosos na instituição educacional, isso pode transmitir para os /as estudantes a mensagem de que os comentários LGBTfóbicos são tolerados. Além disso, pode ser que os/as próprios/as professores/as e funcionários/as estejam servindo de modelos de comportamentos inadequados e legitimando a utilização de comentários LGBTfóbicos, uma vez que a maioria dos/das estudantes já ouviram professores/as funcionários/as da instituição educacional fazendo comentários LGBTfóbicos em algum momento. (ABGLT, 2016, p. 32)

Posto assim, essa conjuntura que provoca a ocorrência de bullying realizada concomitantemente também com profissionais da área da educação agrava as demandas que dizem respeito às conseqüências deste ato, que são vistas através da evasão escolar, baixo rendimento escolar, interferência na saúde mental, entre outros. Convém estabelecer parâmetros que agreguem a exaltação do comprometimento profissional a que a escola está sujeita.

### 3.2 A práxis do assistente social: intervenção em tempo de conservadorismo

A intervenção profissional do assistente social é de suma importância no que diz respeito às demandas sociais inerentes à atual conjuntura social. Para concretizar a atuação profissional é importante compreender e entender as dinâmicas que se relacionam no contexto contemporâneo.

É viável apontar que o fortalecimento do conservadorismo vem se tornando cada vez mais evidente no que tange os aspectos cotidianos. As desigualdades sociais provenientes da relação contraditória entre as classes sociais afloram demandas que se relacionam às expressões da questão social.

Neste contexto lamamoto, traduz esplendorosamente:

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo. (IAMAMOTO, 2015, p. 20)

O assistente social acaba se moldando conforme as demandas que vão emergindo na sociedade, isto é, o profissional tende a ser dinâmico e compreender a realidade social em que está inserido, inclusive aderindo ao dimensionamento de novas estruturas sociais. A partir desse conhecimento, faz-se necessário elaborar meios de mediação e intervenções para que sua atuação seja condizente com o seu Código de Ética.

Concordando com a autora Potyara, 2016, o neoconservadorismo aponta uma resistência clara em negar que existam necessidades e demandas da sociedade e nem tão pouco em aceitar a promoção de políticas públicas para amenizar situações existentes. É nesse contexto de dualidade que o assistente social precisa intervir, e compreender a realidade em que está atuando.

### 3.3 O papel do assistente social na identificação das demandas em crianças transgêneras na esfera educacional

A escola é o campo de maior convívio social, sendo assim, é imprescindível que ocorram demandas nas suas mais variadas expressões. O ambiente que deveria servir como um local seguro e de acolhimento acaba se tornando um campo de conflitos em que muitos dos participantes dessa trajetória acabam por ter como respaldo traumas psicológicos que permanecerão por toda a sua vida.

É nesse ambiente permeado por questões contraditórias, nas quais a expressão da questão social, também está atrelada ao cunho emocional que o assistente social terá que identificar e se moldar a essas novas conjunturas.

Dessa forma,

A escola como um espaço social diverso personifica esse padrão mesmo que lá seja um local onde convivem pessoas com diferentes crenças. Etnias, culturas, classes sociais, raças e gêneros. Essa diversidade deveria ser motivo de troca de saberes e crescimento constante, todavia, por diversas vezes, ela é desencadeadora de sentimentos negativos e excludentes com aqueles/as que não se legitimam nas normas socialmente impostas. A intolerância, nesses casos, acaba sendo uma ação

freqüente, demonstrando que a instituição escolar não é um lugar que aceita todos e todas. (VIGIANO; LAFFIN, 2017, p.665)

É inegável a presença do Serviço Social no ambiente escolar. A matéria pertinente a este profissional está intrinsecamente relacionada às dimensões teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativa que contribuem na sua totalidade a fim de estabelecer suas atribuições em forma de intervenções, neste âmbito que é permeado por questões que são inerentes ao sujeito.

Aliado a estas exigências da sociedade atual, a escola também tem o dever de atender ao aluno em sua integralidade e isto significa dar conta das expressões da questão social apresentadas no seu dia a dia. E para tal propósito, é fundamental considerar a presença do Serviço Social no ambiente escolar. (SANTOS, 2013, p.74)

Neste sentido, ampliando o contexto da intervenção do assistente social, este também deve se apropriar não tão somente das questões levadas ao seu conhecimento, mas também abarcar e articular com os profissionais, famílias, governo e todos que estejam de certa forma interligada àquela instituição.

Em outros termos, assume-se o compromisso com um novo e ampliado olhar, forjado pelo pensamento crítico, de matriz marxista, no qual compreender, analisar e desvendar a questão social requer situá-la no contexto sócio-histórico das mudanças, relações e contradições, que estão organizadas nos cenários comunitário, social, político, econômico, governamental, institucional, educacional, cultural, filosófico, teológico, científico e tecnológico, entre outros. (AMARO, 2017, p.38)

Neste segmento é importante salientar que o profissional deve conhecer o território e quando emergir a demanda relacionada à transgeneralidade deve ter domínio e intervir diretamente no que concerne aos meios que estão relacionados às práticas homofóbicas que muitas vezes são praticadas por profissionais relacionados ao meio escolar. Vale considerar que a prática homofóbica gera conflitos que podem estar associadas às novas expressões da questão social. Neste quadro, é possível ainda argumentar que a articulação profissional interventista direciona também questões que sejam articuladas com a família, com os profissionais e com os alunos, propiciando um ambiente de segurança e respeito para o aluno transgênero.

Alertar professores para que procedam na proteção e no respeito a todos os alunos, sem distinção, como aponta o texto constitucional e a própria LDB, deve ser uma prática cotidiana, na qual se incluem a denúncia de atitudes hostis e violentas, sejam verbais ou físicas. Ou seja: proibir e principalmente corrigir práticas sexistas ou homofóbicas realizadas por professores, alunos ou pais deve ser uma prática corrente na escola. (AMARO, 2017, p. 75)

O campo sócio-escolar é permeado por questões, no qual o assistente social acaba permanecendo à margem da totalidade. A visão crítica, na qual permite com que o profissional compreenda o sujeito pertencente àquele espaço consistirá e construirá sua intervenção. A partir dessa concepção o profissional conseguirá promover um trabalho sócio-educacional no qual abrange todos pertencentes ao território, aferindo as demandas e minimizando-as na trajetória do sujeito.

#### **4. CONSIDERAÇÕES**

Após estudo realizado e explanado é possível apontar algumas reflexões. A endógena situação na qual o assistente social se encontra no meio educacional permite sua intervenção nas demandas apresentadas através da educação popular. Ainda é posto que cabe a este profissional gerir inovações no que tange sua atuação, bem como, articular e tecer instrumentos que propiciem mudanças no meio social.

Logo, o/a profissional, assim como ilustra o Código de Ética, precisa ser dinâmico e conhecedor das expressões da questão social contemporâneas, pois este profissional é o operador dos princípios norteadores da profissão. Não obstante, o/a assistente social precisa articular entre os participantes do meio no qual atua, respeitando suas individualidades.

A transgeneralidade raia nos mais variados meios sociais em que o indivíduo está inserido. O âmbito escolar é o local mais vivenciado por crianças e adolescentes. Sendo assim, é inevitável que surjam demandas sobre orientação sexual, sendo incluídas de cunho trans. Através desse estudo ficou evidenciado que esses sujeitos são alvo das perversidades no que diz respeito ao preconceito, especialmente com crianças que já sinalizam que são transgêneras.

A ilustração do tema ainda se agrava com o bullying proferido por profissionais da rede de ensino, o que de acordo com a LDB é inaceitável. Aquém inclusive prevista na Constituição Federal de 1988. É viável ainda expor que quando o/a profissional de ensino não proporciona acolhimento, as conseqüências acabam sendo inevitáveis, tais como a evasão escolar, transtornos psicológicos, ou mesmo o suicídio.

É neste meio que o/a profissional assistente social firma o seu compromisso, respeitando acima de tudo a dignidade do ser humano. O assistente social precisa dispor de uma percepção de acolhimento conjuntamente com uma visão crítica a fim de mobilizar e cristalizar sua atuação.

Neste sentido, sabe-se ainda que o/a profissional precisa articular com um conjunto de indivíduos envolvidos, reafirmando o respeito à singularidade.

Salienta-se ainda que os/as assistentes sociais precisam pleitear a sua inserção em escolas, constituindo assim uma rede interdisciplinar. É fundamental o/a assistente social pertencer e intervir nessas demandas tão emergentes.

Para exercício do cumprimento do juramento do Serviço Social, o/a profissional tem entendimento que esta é uma conquista árdua, contudo, necessária. Ainda sobressai a importância da presença desses profissionais em um ambiente preocupante no qual está se desenhando o neoconservadorismo para um futuro próximo.

## REFERÊNCIAS

ABGLT- **Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Pesquisa Nacional Sobre o Ambiente Educacional no Brasil.** Paraná, 2016.

ALVES, Talyson Monteiro. Menino Princesa: transgêneros, direito e educação inclusiva. In: II Colóquio sobre a Efetivação da Proteção Integral aos Direitos da Criança e do Adolescente: Justiça Restaurativa: atos infracionais, socioeducação e Proteção Integral, 2017, Campina Grande. **Anais...** Campina Grande: Menino Legal, 2017. p. 01-14.

Disponível em:

< [https://docs.wixstatic.com/ugd/f0719d\\_f43391eddda14788bc776dc2bfdf52fd.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/f0719d_f43391eddda14788bc776dc2bfdf52fd.pdf)>

Acesso em: 01 de junho de 2019.

AMARO, Sarita. **Serviço Social em escolas: fundamentos, processos e desafios.** Petrópolis: Vozes, 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Educação Legislação Federal. Comissão de Educação e Cultura. Edições Câmara. Brasília, 2009.

FONTANARI, José Fernando; MACHADO, Rodrigo Tavares. **O percurso escolar dos transgêneros no Brasil.** São Paulo, n. 2, p. 1-16, 2016.

Disponível em: < <http://www.gradadm.ifsc.usp.br/dados/20162/SLC0631-1/transgeneros.pdf>>

Acesso em 27 de maio de 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 2015.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção Social no Capitalismo: Crítica a teorias e ideologias conflitantes.** São Paulo: Cortez, 2016.

SANTOS, André Michel dos. **Gestão Democrática e Serviço Social: Limites e possibilidades de atuação do assistente social na escola pública.** São Bernardo do Campo: Garcia edizone, 2013.

SAWAIA, Bader. Família e Afetividade: a configuração de uma práxis ético-política, perigos e oportunidades. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amelia Faller (Orgs). **Família: Redes, Laços e Políticas Públicas**. São Paulo: IEE, 2002.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Bullying: Mentres Perigosas nas Escolas**. São Paulo: Globo, 2015.

SILVA, Renata; URBANESKI, Vilmar. **Metodologia do Trabalho Científico**. Indaial: Asselvi, 2009.

TOGNETTA, Luciane Regina Paulino. **É possível superar a violência na escola? Construindo caminhos pela formação moral**. São Paulo: Editora do Brasil, 2012.

VIGIANO, Samira de Moraes Maia; LAFFIN, Maria Hermínia Lages Fernandes. **Desafios da Educação: Relações de Gênero e Sujeitos LGBT**. Revista Inter Ação, v. 42, n. 3, p. 656-673, 2017.

Disponível em: < <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/48808/26068>>  
Acesso em: 20 de junho de 2019.